

Recibido el 15 de noviembre, 2024
Aceptado el 31 de enero, 2025**A investida neoliberal na educação e os desdobramentos para a educação musical escolar****The neoliberal assault on education and its consequences for school music education****Resumo**

O tema deste trabalho são as políticas educacionais para a educação musical no Brasil, e o objetivo é compreender como as políticas de cunho neoliberal influenciam a educação musical escolar. A metodologia se desenvolve a partir da análise da legislação, buscando verificar as concepções de educação, relacionando-as com o contexto histórico e as correlações de forças, além de apontar as contradições e possibilidades de resistência. As políticas neoliberais afetam a educação musical, pois há uma incompatibilidade entre a concepção de educação dessa perspectiva e a formação musical. Observa-se uma redução da carga horária dedicada à educação musical em benefício de outras disciplinas que compõem as provas censitárias, responsáveis por medir os índices educacionais. No entanto, é possível resistir à investida neoliberal por meio de conhecimento, organização e mobilização.

Palavras-Chave: política educacional; reforma empresarial da educação; música na escola; educação integral.

Alinne Martins¹
CEART
Universidade do Estado de Santa
Catarina
Cascavel, Brasil
alinnesouza154@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1451-4961>

¹ Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Abstract

The topic of this study is educational policies for music education in Brazil, and its objective is to understand how neoliberal policies influence school music education. The methodology is based on the analysis of legislation, aiming to identify educational concepts and relate them to the historical context and power dynamics, while also highlighting contradictions and possibilities for resistance. Neoliberal policies impact music education, as there is an incompatibility between the educational concept of this perspective and musical training. A reduction in the time allocated to music education is observed in favor of other subjects that make up the standardized tests used to measure educational performance. However, it is possible to resist the neoliberal push through knowledge, organization, and mobilization.

Keywords: educational policy; education business reform; music at school; integral education.

Introdução

O objetivo deste trabalho é compreender como as políticas educacionais neoliberais influenciam a educação musical escolar no Brasil. As fontes utilizadas são as políticas que orientam a educação musical brasileira. Esses documentos são contextualizados considerando as relações socioeconômicas e políticas. Eles são analisados com o intuito de verificar as proposições e concepções de educação, apontando as contradições dessas políticas em relação à educação musical e evidenciando as possibilidades de resistência.

As mais recentes investidas neoliberais na educação incluem a cobrança de resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), diretamente relacionada à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Outra manifestação do neoliberalismo é a inclusão de disciplinas como educação financeira, pensamento computacional e projeto de vida, provenientes do Novo Ensino Médio (NEM).

Como fica a educação musical escolar nesse contexto? A música não faz parte dos conteúdos exigidos nas avaliações censitárias. Por conseguinte, a disciplina de música não é priorizada nas políticas educacionais. Ademais, quando se busca inserir uma nova disciplina no currículo e reduzir a carga horária de outra, as primeiras a serem afetadas são as da área de artes, como ocorreu no estado do Paraná no início de 2023.

O neoliberalismo na educação

A investida neoliberal se manifesta na educação em diversos aspectos, como a formação voltada para atender a demanda do mercado e a avaliação em larga escala, que estimula a competição e o ranqueamento entre escolas (Leher & Motta, 2012). O neoliberalismo se caracteriza pela afirmação da liberdade individual como a única forma de alcançar “prosperidade e progresso” (Leher & Motta, 2012, p. 578). Para Freitas (2018), o neoliberalismo é a junção entre o liberalismo econômico e o autoritarismo social, retomando os ideais de livre mercado do liberalismo do século XIX e o uso da disciplina autoritária, especialmente para aqueles que não se adequam ao “padrão cultural urbano predominante nas elites nos requerimentos do ‘empreendedorismo’ pessoal” (Freitas, 2018, p. 116). O empreendedorismo está associado a ser um “vendedor de si mesmo”

(Chauí, 2019), sujeitando as pessoas a uma espécie de seleção social que intensifica “os processos de segregação — produto da própria concepção meritocrática que está na base do neoliberalismo” (Freitas, 2018, p. 45).

A meritocracia e a concorrência na educação são incentivadas pela busca de melhores resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Ideb é calculado através de diversos indicadores, um dos quais é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A prova do Saeb é composta por questões de língua portuguesa e matemática, aplicadas aos estudantes do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio (Brasil, 2023). O Ideb passou a ser utilizado em algumas redes para premiar instituições, professores e alunos. Essa prática instituiu a concorrência pela arrecadação de verbas, em contradição com o propósito original do Ideb, que deveria ser “um indicativo da qualidade do ensino brasileiro, oferecendo subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais baseadas em evidências” (Brasil, 2023).

A existência de uma prova para toda a educação brasileira gerou a demanda por um currículo que preparasse os estudantes para essa prova: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Zanotto & Sandri, 2018). Contudo, em currículos desse tipo, “a diversidade cultural e histórica — ainda que admitida — não é reconhecida, já que os processos de avaliação são conduzidos a partir da ‘cultura oficial’, das bases nacionais curriculares” (Freitas, 2018, p. 113). Assim, a diversidade artística e musical de cada região é negligenciada, em favor da preparação dos estudantes para a realização das provas.

Em decorrência das cobranças por resultados, estabeleceu-se uma hierarquia entre as disciplinas que compõem ou não as provas censitárias. A pesquisa de Bassok, Latham e Rorem (2016) constatou que, influenciados por essas exigências, os professores da educação infantil dedicam mais tempo aos testes padronizados e menos às artes e à música. Outro exemplo pode ser observado em Sobral — que apresenta um dos melhores resultados no Ideb —, onde professores relatam uma certa manipulação dos resultados da prova, pois “todo o programa é focado em Português e Matemática, disciplinas do Ideb, deixando as demais matérias em segundo plano, ou sem prioridade alguma” (Villas-Boas, 2017, citado por Freitas, 2018, p. 137). Freitas (2018) acrescenta que:

tais políticas reduzem o conceito de educação ao de aprendizagem de Leitura e Matemática em testes padronizados, usualmente de múltipla escolha, e induzem a escola a se concentrar nessas disciplinas elas esvaziam a ênfase da escola em outras disciplinas como as Artes, História, Filosofia etc. (p. 139)

Educação musical na legislação brasileira

Ao longo da história, a educação musical apresentou períodos de presença e ausência nas políticas educacionais (Souza, 2021). Nos últimos anos, o maior avanço para a educação musical foi a aprovação da Lei 11.769/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96 e instituiu a música como conteúdo obrigatório na área de artes na educação básica. Cada rede de ensino implementou a lei à sua maneira, e, como a versão aprovada não exigia que o ensino de música fosse feito por professores licenciados na área, em muitas escolas nada mudou (Caricol, 2012).

Mal havia se passado o tempo previsto para a implementação da obrigatoriedade do ensino de música, o dispositivo foi revogado pela Lei 13.278/2016. Esta lei estabeleceu que artes visuais, teatro, dança e música constituem o componente curricular de artes. No entanto, a investida neoliberal nas políticas educacionais afeta a educação musical e a arte, especialmente em duas frentes: a) redução do espaço e do tempo dedicados à música na grade curricular; e b) incompatibilidade entre a formação artística e a concepção de educação neoliberal. Contrariando a necessidade apontada pela lei, para atender as quatro linguagens (música, teatro, dança e artes visuais), seria necessário um aumento da carga horária.

Educação musical no contexto das reformas neoliberais

As reformas neoliberais tiveram sua primeira investida na educação brasileira na década de 1990, sofreram um arrefecimento durante os governos petistas (2003-2016) e retomaram força após o impeachment da presidenta Dilma em 2016 (Freitas, 2018). A partir disso, duas grandes reformas foram implementadas: o Novo Ensino Médio (NEM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Na BNCC para o ensino fundamental, a música é uma das unidades temáticas do componente curricular de artes, juntamente com artes visuais, teatro, dança e artes integradas. A arte faz parte da área de linguagens, com uma subseção de orientações teórico-metodológicas e um quadro que descreve os objetivos de conhecimento e habilidades para cada unidade temática (Ministério da Educação, 2017). No entanto, a versão aprovada da BNCC deixou a música como unidade temática, o que pode induzir ao erro da polivalência, já que “é inegável a comunicação entre os campos artísticos, mas há uma diferença entre fazer isso de forma responsável, dentro de nossas possibilidades formativas, e de uma maneira equivocada, como foi a polivalência” (Oliveira & Sobreira, 2022, p. 14).

Na BNCC para o ensino médio, a arte integra a área de linguagens e suas tecnologias, juntamente com língua portuguesa, língua inglesa e educação física. Contudo, apenas a língua portuguesa possui um subcapítulo que descreve suas competências específicas e habilidades (Ministério da Educação, 2018). Isso evidencia uma hierarquia entre os campos de conhecimento, o que é corroborado pela diferença nas cargas horárias de cada componente na matriz curricular do NEM.

O NEM regular é organizado em três anos, composto por uma parte de formação geral básica, cursada por todos os estudantes, e uma parte diversificada, chamada de itinerário formativo, oferecida conforme a disponibilidade da escola (Brasil, 2017). Na formação geral básica da rede estadual do Paraná, a arte possui carga horária de 64 horas, enquanto língua portuguesa e matemática têm 320 horas cada. É notável que “componentes sem campo científico claro”, como projeto de vida (128 horas), educação financeira (192 horas) e pensamento computacional (64 horas), têm igual ou maior carga horária que artes (Silva, Barbosa, & Kröbes, 2022, p. 404). Outras matrizes curriculares com configurações semelhantes podem ser observadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Projeto de vida, educação financeira e pensamento computacional não possuem docentes específicos formados para essas disciplinas. Professores que tiveram sua carga horária reduzida acabam assumindo essas aulas, e, para se preparar, realizam cursos rápidos oferecidos por grandes corporações educacionais, muitas vezes financiados com verbas públicas (Silva & Ferreira, 2018). Esses componentes estão alinhados à concepção neoliberal de educação, onde “a adesão ao pacote de competências socioemocionais esvazia o caráter político da formação das novas gerações” (Silva, Barbosa, & Kröbes, 2022, p. 405). Nesse sentido:

O repertório selecionado na matriz curricular revela um alinhamento com a formação economicista, adequado ao modelo da empresa, reduzindo e substituindo os conteúdos que historicamente constituem os fundamentos científicos, filosóficos e artísticos da humanidade pelo escopo das competências, com marcadas distinções teórico-epistemológicas (Silva, Barbosa & Kröbes, 2022, p.405)

A distinção teórico-epistemológica da concepção de educação neoliberal pode ser ilustrada pela substituição de artes por pensamento computacional na grade do 8º e 9º anos do ensino fundamental da rede estadual do Paraná, no início de 2023. Após grande mobilização, a situação foi revertida e ambos os componentes foram mantidos, mas o pensamento computacional é tratado como prioritário.

A concepção de educação contrária ao neoliberalismo busca “formar lutadores e construtores de uma sociedade mais justa, baseada na participação na vida coletiva — na escola e na sociedade — em estreita relação com sua comunidade” (Freitas, 2018, p. 128). Nessa perspectiva, a música é um conhecimento fundamental, cujo objetivo é “formar o ser humano em sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica” (Ciavatta, 2005, p. 86).

Diante da investida neoliberal na educação, é essencial que professores de música e entidades de classe se unam na luta contra essas políticas. Uma iniciativa é o Projeto de Lei 2.601/2023, que visa revogar o NEM. Contudo, mesmo que essas reformas não sejam totalmente revogadas, Oliveira e Sobreira (2022) apontam maneiras de resistir: a) compreender como nossa área interpreta essas políticas; b) produzir conhecimento sobre elas; c) conhecer as políticas da nossa rede de ensino; d) identificar “quais (des)continuidades de sentidos existem em relação à BNCC” (Oliveira & Sobreira, 2022, p. 15); e e) observar “quais brechas ou fugas de sentido conseguimos aplicar em nossas escolas, com nossos colegas professores de música e de outras artes” (Oliveira & Sobreira, 2022, p. 15). Assim, através de conhecimento, organização e mobilização, é possível “efetivar a música na realidade escolar” (Oliveira & Sobreira, 2022, p. 15).

Considerações finais

As concepções neoliberais de educação são antagônicas à presença da música na escola. A introdução da concorrência e da meritocracia nas instituições de ensino faz com que as disciplinas incluídas nas provas censitárias adquiram maior importância em detrimento das demais, desconsiderando o princípio da formação integral do ser humano. Além disso, disciplinas sem campo científico específico, pautadas em demandas econômicas e empresariais, invadem a grade curricular, substituindo a música.

Uma forma de resistência à investida neoliberal é a luta pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa mobilização deve basear-se no conhecimento sobre as políticas educacionais e na organização dos professores de música por meio de suas entidades de classe. Essa atitude de resistência é imprescindível para a manutenção e o avanço da educação musical escolar.

Referências

- Bassok, D., Latham, S., & Rorem, A. (2016). Is Kindergarten the New First Grade? *AERA Open*, 2(1). <https://doi.org/10.1177/2332858415616358>
- Brasil. (2017, 16 de fevereiro). *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm
- Brasil (2023, 21 de junho). *Portaria nº 267, de junho de 2013*. <https://encurtador.com.br/almq5>
- Caricol, K. (2012). Panorama do ensino musical. In: Jordão, G. et al. (coord.). *A Música na Escola*. Allucci & Associados Comunicações. 19-39. <http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/PanoramaEnsinoMusical.pdf>
- Chaui, M. (2019). *O retrato de a catástrofe*. Jornalistas Livres. <https://youtu.be/UCyVT2HLQOI?si=busXgroXiDoS8KWR>
- Civatta, M. (2005). A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: Frigotto, G & Ciavatta, M & Ramos, M. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. Cortez.
- Leher, R., & Motta, V. C. D. (2012). Políticas educacionais neoliberais e educação do campo. *Dicionário da educação do campo*, 1, 576-585.
- Freitas, L. C. (2018). *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. Expressão Popular.
- Ministério da Educação. (2017, 22 de dezembro). Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. <https://encurtador.com.br/qDEZ7>
- Ministério da Educação. (2018, 4 de dezembro). Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. <https://encurtador.com.br/rDKP4>
- Secretaria de Estado da Educação do Paraná. (2023). *Instrução Normativa Conjunta n.º 001/2023 - Deduc/DPGE/Seed - Dispõe sobre a Matriz Curricular do Ensino Fundamental para as escolas parceiras do Sistema Estadual de Ensino do Paraná*. <https://encurtador.com.br/hkBHT>
- Silva, S. C. V., & Ferreira, V. S. (2018). O Avanço De Grandes Corporações Educacionais Sobre A Formação De Professores No Brasil. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem-Estar-RECH*, 2(2, Jul-Dez), 163-177.
- Silva, M. R., Barbosa, R. P., & Körbes, C. (2022). A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. *Retratos Da Escola*, 16(35), 399-417. <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1473>

- Souza, A. M. D. (2021). *Educação Musical Escolar: correlações entre tendências pedagógicas e políticas de orientação no Estado do Paraná*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná]. Biblioteca de Teses e Dissertações da UNIOESTE. <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5717>
- Oliveira, O. A., & Sobreira, S. (2022). Componente curricular arte em disputa: embates pela especificidade da música nas políticas curriculares. *Revista da Abem*, 30(2), 1-21. <https://encurtador.com.br/mLN28>
- Zanotto, M., & Sandri, S. (2018). Avaliação em larga escala e BNCC: estratégias para o gerencialismo na educação. *Temas & Matizes*, 12(23), 127-143. <https://saber.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/21409>